

RADAR SOCIOAMBIENTAL

Nº18 nov-dez 2017

A 23ª Conferência das Partes de Mudanças Climáticas



Introdução

O cenário pré-COP: expectativas e desafios



Participação dos BASIC

Declaração Conjunta e principais pontos da atuação



Resultados da COP 23

Documento final e iniciativas



Considerações Finais



PLATAFORMA
SOCIOAMBIENTAL

Introdução

O cenário pré-COP: expectativas e desafios

Em sua 18ª edição, o RADAR Socioambiental aborda a 23ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). Sob a presidência de Fiji, a COP 23 ocorreu entre os dias 6 a 17 de novembro em Bonn, na Alemanha - cidade onde se localiza a sede do secretariado da convenção - e teve como objetivo principal o avanço das negociações acerca do chamado *Rulebook*, o Livro de Regras sobre como alcançar as metas do Acordo de Paris. Esta edição do RADAR visa apresentar quais foram as principais expectativas em relação à COP 23, o posicionamento defendido – individual e coletivamente – pelos países BASIC - composto por Brasil, África do Sul, Índia e China - em meio ao processo de negociação, bem como os principais resultados da conferência.

Durante o encontro ministerial pré-COP, o Primeiro Ministro de Fiji e anfitrião da COP 23, Frank Bainimarama, destacou como pontos prioritários da agenda da conferência o avanço nas negociações do Livro de Regras do Acordo de Paris, a transferência de recursos para países em desenvolvimento, o gerenciamento de riscos relacionados a grandes eventos climáticos, a construção de resiliência, bem como o aumento das ambições das metas das Partes¹ já para o período pré-2020. A presidência de Fiji também anunciou que iria trabalhar para garantir que o espírito de “Talanoa” permeasse as negociações em Bonn. [Talanoa](#) diz respeito à tradição das comunidades do Pacífico em compartilhar histórias, experiências e ideias por meio de um processo de criação de empatia e de união, com vistas a solucionar problemas comuns.

Estando pela primeira vez sob a presidência de um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (SIDS, sigla em inglês), a expectativa era de que a COP conferisse mais destaque às negociações de adaptação e de perdas e danos (*loss and damage*). Tais temáticas mostram-se de vital importância para os países que se encontram na linha de frente das mudanças climáticas, como é o caso dos estados-ilha como Fiji. Durante a COP 19, em Varsóvia, algum avanço já havia sido alcançado nesse âmbito, quando os países concordaram com a criação de um Mecanismo de

¹ Os países membros da Convenção e de seus instrumentos vinculantes são denominadas Partes. Para mais informações, consulte <https://goo.gl/pYhv7L>

Perdas e Danos. Na decisão da COP 21, em Paris, também se estipulou que, até 2020, parte dos US\$ 100 bilhões previstos, anualmente, para financiamento climático deveria ser destinado à adaptação. Contudo, desde que a proposta foi colocada em negociações na COP 15, em Copenhague, ainda segue incerto de onde exatamente virá o dinheiro para apoiar os países, em especial os menos desenvolvidos, no enfrentamento da crise climática e na mitigação das emissões. A transferência de recursos dos países desenvolvidos para países em desenvolvimento configura-se como uma demanda histórica dos países do Sul Global em meio às negociações. No entanto, os esforços de transferência de recursos e tecnologia voltados, em especial às iniciativas de adaptação, mostram-se profundamente incipientes.

Outra grande expectativa em relação à 23ª edição da COP seria a elaboração do rascunho (*draft*) do Livro de Regras do Acordo de Paris. A ideia seria que o rascunho saísse pronto de Bonn para que já pudesse ser finalizado em 2018, na COP 24, que será realizada na Polônia. O documento dispõe sobre temas como monitoramento, verificação e reporte das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, sigla em inglês), processo de revisão dessas metas e ainda sobre as estratégias para garantir o aumento da ambição dos países em termos de corte de emissões.

Durante as duas semanas de negociações em Bonn, as [expectativas](#) também se voltaram para o lançamento do Plano de Ação de Gênero e para a definição dos detalhes técnicos e políticos do Diálogo de Talanoa, chamado formalmente de Diálogo Facilitativo - que também deverá ser implementado a partir do ano que vem. O Diálogo de Talanoa é visto como um teste para o denominado “Global Stocktake” que se refere ao processo de revisão de 5 em 5 anos das NDCs das Partes do Acordo de Paris, que deverá ocorrer a partir de 2023, com o objetivo de elevar as ambições dos países em suas ações climáticas.

Por fim, destacaram-se as negociações sobre pontos do artigo 6 do Acordo de Paris, referente à implementação de um novo mecanismo de mercado e de não mercado. As negociações giraram em torno dos três itens principais, no sentido de acordar como seria a governança e a ambição em relação ao ponto 6.2, que diz respeito às modalidades de resultados de mitigação internacionalmente transferíveis (ITMOs, sigla em inglês); ao 6.4 relativo ao Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável e a certificação de não-emissões análogas ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Kyoto, e o 6.8 sobre mecanismo de não-mercado.

Todos os pontos mencionados encontravam-se entre os 21 itens que compunham a agenda oficial das negociações de Bonn, que ocorreu em meio a um contexto marcado por profundas

incertezas sobre a possibilidade de se alcançar o objetivo principal de Paris - limitar o aumento da temperatura do planeta neste século a 2°C - tendo em vista o somatório das metas apresentadas e o anúncio dos Estados Unidos sobre a sua retirada do Acordo.

A Participação dos Países BASIC

Declaração Conjunta e principais pontos da atuação

Criado em 2011 pelos países que compõem o BRICS com exceção da Rússia - que figura entre os países do Anexo 1 do [Protocolo de Quioto](#)² e que, portanto, ao contrário dos outros países do bloco possui obrigações de corte de emissões - o BASIC visa coordenar posições conjuntas e formular propostas concretas no âmbito das negociações do regime internacional de clima.

A análise dos discursos oficiais de representantes desses quatro países e da Declaração Conjunta do BASIC aponta para um relevante grau de coordenação no que diz respeito às suas demandas. No mais, o perfil das emissões de Brasil, África do Sul, Índia e China, somado ao papel de liderança assumido por este último país no âmbito das negociações climáticas, deixa muito claro o peso assumido pelo grupo no âmbito regime de clima.

Em meio às duas semanas de negociação da COP 23, ocorreu em Bonn a 25ª Reunião Ministerial do BASIC sobre Mudança do Clima, que contou com a presença do Ministro do Meio Ambiente do Brasil, José Sarney Filho, do Representante Especial para Assuntos de Mudanças do Clima da China, Xie Zhenhua, da Ministra Adjunta para Assuntos Ambientais da África do Sul, Barbara Thompson, e do Secretário e do Vice-Ministro do Ministério do Meio Ambiente, Florestas e Mudança do Clima da Índia, C.K. Mishra.

O encontro resultou na [Declaração Conjunta](#) que congrega 22 pontos e reforça os compromissos do grupo para com iniciativas de combate às mudanças climáticas e com os princípios do Acordo de Paris. Na declaração, os Ministros do BASIC celebraram as 169 ratificações alcançadas pelo Acordo e chamaram a atenção para a necessidade de se perseguir o

² Criado em 1997, o Protocolo de Quioto entrou em vigor no dia 16 de fevereiro de 2005, após atender as condições que exigiam a ratificação por no mínimo 55% do total dos países-membros da Convenção e que fossem responsáveis por, ao menos, 55% do total das emissões de 1990. O [segundo período](#) de compromissos, aprovado na Emenda de Doha, em 2012, engloba os anos entre 2013-2020.

desenvolvimento sustentável mediante o cumprimento do princípio *das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e respectivas capacidades* (CBDR).

Os quatro países afirmaram que o combate às mudanças climáticas se constitui como uma tarefa necessária e irreversível e clamaram para que todas as Partes honrem para com seus compromissos, firmados no Protocolo de Quioto e no Acordo de Paris. Na declaração, o BASIC também expressou a necessidade de acelerar a implementação dos compromissos pré-2020 - a chamada Emenda de Doha³, que diz respeito ao segundo período de compromissos de Quioto - e salientaram a importância de se alcançar, ainda na COP 23, um documento que sirva de base para as negociações em 2018. O grupo adiantou, ainda, que os esforços no âmbito do Acordo de Paris devem abranger mitigação, adaptação e meios de implementação, sempre em consonância com o princípio da CBDR, que consta em quase todos os 22 pontos da declaração, mostrando-se, portanto, como uma das principais demandas do BASIC.

A declaração também aborda o tema de financiamento, sobre o qual se nota descontentamento em relação ao não cumprimento do objetivo dos US\$ 100 bilhões, previstos como financiamento de países desenvolvidos para países em desenvolvimento, no período pré-2020. Os Ministros presentes demonstraram preocupação com as supostas tentativas de alguns países desenvolvidos de aplicar unilateralmente novos critérios para a concessão de acesso aos recursos do [Fundo Global para o Meio Ambiente \(GEF, sigla em inglês\)](#) e do [Fundo Verde para o Clima \(GCF, sigla em inglês\)](#). O grupo entende que a adoção desses novos critérios poderia burlar os compromissos assumidos pelos países desenvolvidos no próprio Acordo de Paris. Nesse sentido, o BASIC também condenou a ausência de um ponto específico sobre o financiamento pré-2020 na agenda oficial da COP 23.

Ainda em relação às críticas sobre obtenção de recursos, os Ministros reafirmaram a necessidade de atribuir mais transparência aos mecanismos de financiamento e registraram preocupação quanto à necessidade de elevar o montante de financiamento climático a partir de 2020. Além disso, reafirmaram a necessidade de mais transparência em relação a provisão de financiamento por países desenvolvidos, propondo para isso a discussão de modalidades para comunicação da informação sobre o apoio que será disponibilizado.

³Para que a Emenda de Doha entre em vigor, é necessário alcançar 144 ratificações. Atualmente, conta com apenas 90.

Por fim, o grupo cobrou maior clareza sobre os pontos do [Diálogo de Talanoa](#), que deverá ser implementado a partir de 2018. Também foi destacado o programa piloto do Fundo Verde para o Clima, voltado à concessão de pagamentos por resultados em [REDD+](#)⁴. Contudo, os quatro países deixaram claro que tais pagamentos não devem ser vistos como estratégias compensatórias, não substituindo, portanto, os esforços de mitigação dos países desenvolvidos.

A participação brasileira em Bonn foi marcada pelas críticas realizadas pela sociedade civil, academia e mídia internacional em relação a desregulamentação nacional de leis e políticas voltadas à proteção ambiental e ao fortalecimento de políticas ligadas à ampliação da exploração de combustíveis fósseis. O país buscou se defender apontando os avanços recentes em matéria de combate ao desmatamento e propondo a candidatura do país para sediar a COP 25, a ser realizada em 2019. O anúncio foi feito pelo Ministro de Meio Ambiente, José Sarney Filho, que em seu [discurso](#) destacou que o Brasil é o único Estado em desenvolvimento com metas absolutas de redução de emissões no que tange ao conjunto da economia (*economy wide*) - sendo essas, 37% até 2025 e 43% até 2030. Para concretizar tais ambições, o ministro enfatizou que o governo irá envidar esforços para elevar a eficiência energética do país, bem como irá ampliar os leilões de fontes renováveis para geração elétrica. Sarney Filho também destacou que será promovida uma política de recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas até 2030 e garantiu que os compromissos brasileiros perante o Acordo de Paris serão garantidos, em parte, por meio da [Política de Recuperação da Vegetação Nativa](#) (PLANAVEG), que visa recuperar até 12 milhões de hectares até 2030.

Já a África do Sul, por meio de sua Ministra do Meio Ambiente, [alertou](#) sobre a irreversibilidade do Acordo de Paris. Além disso, chamou a atenção para os danos causados pelas mudanças climáticas em países como Etiópia, Serra Leoa, o México e Estados Unidos. A ministra lembrou que uma transição mais rápida para uma economia de baixo carbono irá demandar menores custos, fazendo coro à demanda do grupo BASIC ao ressaltar a importância da transferência de recursos para que essa transição se torne realidade. A ministra sul-africana demonstrou sua insatisfação pelo fato de a Emenda de Doha não ter entrado em vigor até o momento, o que, segundo ela, ajudaria no alcance das metas estipuladas até 2020.

⁴ REDD + (Redução de Emissões oriundas de Desmatamento e Degradação Florestal + Conservação dos estoques de carbono florestal, Manejo sustentável de florestas e aumento dos estoques de carbono florestal). Saiba mais em: <https://goo.gl/PPgQj2>.

O representante da China para assuntos de meio ambiente, [Xie Zhenhua](#), demonstrou otimismo quanto à conferência de Bonn, ao afirmar que essa trará resultados substantivos para os países em desenvolvimento acerca de temas como adaptação, financiamento, tecnologia e *capacity building*. De acordo com Xie: “Os países do Sul, independentemente de seus níveis de desenvolvimento, encontram-se confrontados com desafios múltiplos, que vão desde o crescimento econômico, bem-estar, erradicação da pobreza até a busca pela proteção ambiental e climática⁵”. Dessa forma, Xie propôs também o aprofundamento da cooperação Sul-Sul no que diz respeito ao compartilhamento de boas práticas e políticas de combate às mudanças climáticas.

Já Índia, juntamente à China, deixou claro seu [descontentamento](#) em relação à ausência de um espaço formal na agenda da COP 23 para as negociações em relação ao período pré-2020. Os dois países, com apoio do Brasil, afirmaram que tal espaço seria essencial para fortalecer a confiança mútua entre as Partes e alinhar políticas de implementação do Acordo de Paris.

Resultados da COP 23

Documento final e iniciativas

Ao final das duas semanas de negociações, pode-se apontar como principais resultados da COP 23 o [Documento Final](#), que inclui o draft do Livro de Regras do Acordo de Paris, a criação do Diálogo de Talanoa, o lançamento do Plano de Ação de Gênero e da Plataforma das Comunidades Locais e dos Povos Indígenas.

O Anexo I do texto final do documento contempla as recomendações que compõem o rascunho do futuro Livro de Regras, que contempla grande parte dos artigos do Acordo de Paris⁶. O processo de negociação, cujo escopo envolve definições a respeito dos compromissos dos países, políticas de adaptação, relatórios que irão compor o inventário global (global stocktake) para 2023, bem como estratégias de monitoramento do Acordo é supervisionado pelo [Grupo de Trabalho Ad-](#)

⁵ "Developing countries, though at different stages of development, are all confronted with multiple challenges, ranging from economic growth, people's livelihood, poverty eradication, to environmental and climate protection". Disponível em: <https://goo.gl/4rGRVs>

⁶ É o caso dos artigos 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15 do Acordo de Paris.

[hoc](#) (APA) sobre o Acordo de Paris. Entre as recomendações presentes no texto do documento final, destacam-se as referentes à definição de prazos comuns para as NDCs (artigo 4 do Acordo de Paris) e o estabelecimento de modalidades e procedimentos para guiar as ações de mitigação (artigo 6) - esta última em consonância com a recomendação do grupo BASIC sobre a coordenação das políticas de mitigação das emissões de gases de efeito estufa.

Em relação à adaptação (artigo 7), o documento final da COP 23 reúne recomendações acerca da criação de uma plataforma que possibilite a comunicação entre as Partes sobre o tema. Tal mecanismo possibilitará a elaboração de uma metodologia capaz de acessar as necessidades de adaptação e de facilitar o apoio aos países em desenvolvimento. No que diz respeito, especificamente, ao Mecanismo de Varsóvia sobre Perdas e Danos, o documento apenas recomenda que esse opere mediante ao acompanhamento dos impactos oriundos das mudanças climáticas.

Em relação à mobilização de recursos financeiros voltados à mitigação e adaptação dos países em desenvolvimento (artigo 9) - uma das principais demandas dos países BASIC - o texto final faz referência ao papel do [Fundo de Adaptação](#), negociado na APA, financiado pelas Partes desenvolvidas e cujos recursos são destinados à promoção de resiliência em países em desenvolvimento. O fundo ficou de fora do Acordo de Paris e atualmente se negocia como será a modalidade para sua inclusão no acordo. Notam-se também recomendações voltadas ao aperfeiçoamento da educação, da participação pública e do acesso da população ao Acordo. Há, ainda, uma recomendação acerca do estabelecimento de procedimentos para promover maior transparência em ações e suporte (artigo 13) - outra reivindicação formalizada pelos países BASIC.

Já sobre as negociações sobre transferência de emissões e o novo mecanismo de mercado, o cenário teve momentos de tensão e alguns países, como o Brasil, buscaram evitar que fossem criados incentivos perversos que poderiam desestimular as Partes do Acordo de Paris a implementar suas NDCs ou a estabelecer abordagens que favoreçam mecanismos domésticos em detrimento do regime multilateral de clima.

Outro importante resultado alcançado em Bonn foi o lançamento do Diálogo de Talanoa. Tal plataforma tem como função principal reduzir o *gap* entre as NDCs das Partes e o objetivo do Acordo de Paris em termos de mitigação, ou seja, em termos de cortes de emissões de gases do efeito estufa (GEE) para limitar o aquecimento global a 2° C. Assim, Talanoa, que deverá ser

conduzido por Fiji e Polônia⁷, respectivamente, em 2018, reunirá contribuições de setores como a indústria, a sociedade civil e academia em uma plataforma *online* com vistas a tornar mais ambiciosas as NDCs das Partes⁸. Espera-se que o diálogo seja capaz de elevar as ambições das Partes ainda no período pré-2020.

Outro destaque é a adoção do [Plano de Ação de Gênero](#), que diz respeito ao papel das mulheres no combate às mudanças climáticas e a necessidade de fomentar políticas ambientais consonantes com a promoção da igualdade de gênero. Lançado no dia 13 de novembro, o documento enumera áreas prioritárias para ação e promoção de liderança por parte das mulheres.

As negociações da [Plataforma das Comunidades Locais e dos Povos Indígenas](#) configuram-se como mais um avanço significativo alcançado pelas Partes durante a COP 23. A Plataforma cria um canal para o compartilhamento de experiências e práticas de mitigação e adaptação, dispondo, ao longo de suas 23 páginas, sobre o papel dos povos indígenas na promoção de políticas de adaptação e mitigação, e contemplando tópicos relacionados à própria operacionalização da Plataforma, com a definição de estruturas e proposições das funções. O [texto](#) final das negociações da Plataforma recomenda a concessão de status igualitário entre as Partes e os povos tradicionais e indígenas, de modo a conferir mais voz às populações originárias no processo de promoção de políticas de combate às mudanças climáticas. O documento também recomenda que a Plataforma conte com recursos advindos de contribuições voluntárias das Partes e do secretariado da UNFCCC.

Considerações Finais

Considerada como uma COP intermediária, cujas negociações giram em torno da definição de regras e procedimentos do Acordo de Paris, a 23ª conferência das Partes foi repetidamente noticiada como a primeira conferência após a retirada dos EUA do Acordo. Com o anúncio da assinatura da Síria⁹, os EUA isolaram-se como a única Parte da UNFCCC a se recusar a fazer parte do acordo global que substituirá o Protocolo de Quioto após 2020. Se por um lado, a nova

7 A cidade de Katowice, capital da província da Silésia, na Polônia, será a sede da [COP 24](#), em 2018, entre os dias 3 - 14 de dezembro.

8 Progressos de Bonn sobre o Acordo de Paris: <https://goo.gl/cPPJzD>

9 Atualmente, o Acordo de Paris conta com 172 ratificações.

orientação de política externa dos EUA lança desafios e incertezas quanto à eficácia de um acordo global que não contemple o segundo maior emissor de GEE do planeta, por outro, notam-se discursos cada vez mais enfáticos em relação à irreversibilidade dos compromissos firmados.

Do ponto de vista da negociação em geral, os Estados Unidos mantiveram os mesmos negociadores que, há anos, acompanham as COPs e o posicionamento da delegação pouco variou em relação às conferências anteriores. Como exemplo, EUA e China foram co-chairs do grupo de trabalho sobre as NDCs, que teve resultados positivos. No entanto, a delegação passou a defender um posicionamento mais duro em relação a temas sensíveis para os países em desenvolvimento como financiamento e *loss and damage*.

A imagem projetada pela presidência de Fiji representou uma constante lembrança aos negociadores de que a adaptação não mais poderia ser um tema relegado ao segundo plano. Por outro lado, a insuficiência de recursos combinada à gravidade dos efeitos das mudanças climáticas sugere que há ainda muito a se avançar no que diz respeito ao assunto.

Outra questão, talvez ainda mais desafiadora do que a falta de vontade dos países desenvolvidos em prover os recursos comprometidos para o clima, é a tendência à celebração de soluções mágicas para o enfrentamento da crise climática. A visão compartimentada que coloca a contabilização e redução de emissões de GEE como objetivo prioritário do regime de clima parece abrir portas para iniciativas duvidosas. Exemplos são as propostas de captura e estocagem de carbono – que no final das contas, implicam na manutenção do *business as usual* de setores petrolíferos –, o comércio de emissões – onde na prática tende a transferir a responsabilidade de cortes para os países em desenvolvimento - e as perigosas soluções de geoengenharia, cujos efeitos a longo prazo ainda pouco se conhece. Há muito, organizações da sociedade civil apontam para as armadilhas de tais propostas, contudo, no processo negociador, e em especial, nos *side events*, essas iniciativas continuam a ser vendidas como soluções o problema do clima.

Contudo, a elaboração da Plataforma Indígena pode ser destacada como um avanço importante para garantir maior transparência e participação em meio ao processo de negociação do regime. Ao recomendar o status igualitário entre os povos indígenas e os Estados Parte, a Plataforma confere mais voz e autonomia aos povos tradicionais e às suas demandas, podendo conferir, assim, maior legitimidade ao processo negociador e às regras e procedimentos que visem combater às mudanças climáticas. Resta saber se este mandato será efetivo e se as Partes irão cumprir com o previsto na Plataforma.

Fontes

ADAPTATION FUND. Adaptation Fund Contributors Came Through for Fund at COP 23 with Record Support for Most Climate-Vulnerable. (28.12.2017). <https://goo.gl/BX18tv>.

CARBON BRIEF. COP23: Key outcomes agreed at the UN climate talks in Bonn. (30/11/2017). <https://goo.gl/Xe7xt1>.

CLIMATE ANALYTICS. Our COP23 briefings. (01/12/2017). <https://goo.gl/EyJcRT>.

CLIMATE HOME NEWS. COP23 UN Climate Talks: Everything you need to know. (20.12.2017) <https://goo.gl/Wfkf1G>

CLIMAINFO. COP23: os principais resultados das negociações climáticas de 2017. (05.12.2017). <https://goo.gl/fVLCEm>.

GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY. Funding. (01.12.2017). <https://goo.gl/VTtHCS>

DOWN TO EARTH. India needs a strong narrative at COP23 to push its climate goals. (25.11.2017). <https://goo.gl/dh7qmJ>.

FEDERAL MINISTRY FOR THE ENVIRONMENT, NATURE CONSERVATION, BUILDING AND NUCLEAR SAFETY. UN Climate Change Conference in Bonn achieves progress on implementing the Paris Agreement. (05.12.2017). <https://goo.gl/cPPJzD>.

FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. List of participants. (30.11.2017). <https://goo.gl/iADxo>.

FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. Adopted agenda. (30.11.2017). <https://goo.gl/hcVPnd>.

FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL STIFTUNG. The Fiji UN Climate Summit 2017, COP23: what is at stake in Bonn? (20.11.2017). <https://goo.gl/pYhv7L>.

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE. O que fazemos. (01.12.2017). <https://goo.gl/Tkpybm>.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Na Convenção do Clima, Funai participa das negociações sobre a Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas. (15.12.2017). <https://goo.gl/VNMMN7V>.

GREEN CLIMATE FUND. GCF highlights success in mobilizing finance to deliver climate action. (06.12.2017). <https://goo.gl/dpyZxU>.

IISD. UNFCCC COP 24. (05.12.2017). <https://goo.gl/m4VFg8>.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. O Fundo Verde para o Clima (Green Climate Fund – GCF) é uma iniciativa global única para responder às mudanças climáticas, investindo em desenvolvimento de baixo carbono e resiliência climática. (05.12.2017). <https://goo.gl/nnBPwy>.

A 23ª Conferência das Partes da UNFCCC

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Anúncio da Declaração de Visão da Plataforma para o Biofuturo – Bonn, 16 de novembro de 2017. (02.12.2017). <https://goo.gl/ThbvvyZ>

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Declaração Conjunta Emitida na Conclusão da 25ª Reunião Ministerial do BASIC sobre Mudança do Clima – Bonn, Alemanha – 13 de novembro de 2017. (25.11.2017). <https://goo.gl/esFHmd>

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Convenção de Viena e Protocolo de Montreal. (20.11.2017). <https://goo.gl/1qrsW3>.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Em Bonn, ministro destaca avanços brasileiros. (20/11/2017). <https://goo.gl/KP4jcv>.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Governo brasileiro avalia resultados da COP 23. (27.11.2017). <https://goo.gl/XGY95C>.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. O que é REDD+. (01.12.2017). <https://goo.gl/PPgQj2>.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Protocolo de Quioto. (28.11.2017). <https://goo.gl/wrv64H>.

NEWS XINHUA NET. Top Chinese climate envoy voices expectations on COP 23 climate talks (15.12.2017) <https://goo.gl/4rGRVs>

UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE. Ad Hoc Working Group on the Paris Agreement (APA). (02.12.2017). <https://goo.gl/dRiyvX>.

UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE. Concrete Climate Action Commitments at COP23. (25/11/2017). <https://goo.gl/NgVeaY>.

UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE. High Level Segment Statements of COP23/CMP13/CMA1.2. (30/11/2017). <https://goo.gl/R3HSBp>.

UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE. Kyoto Protocol. (30.11.2017). <https://goo.gl/fTvHLK>.

UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE. 2018 Talanoa dialogue (2018 Facilitative dialogue). (30. 11. 2017). <https://goo.gl/9eBq34>.

UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE CONFERENCE 2017. APA agenda item 3-Further guidance in relation to the mitigation section of decision 1/CO.21. (01.12.2017). <https://goo.gl/u259pT>

UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE CONFERENCE 2017. High-Level Segment United Nations Climate Change Conference Bonn, 2017. (30/11/2017). <https://goo.gl/TMkxWo>

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. Draft elements for APA agenda item 5. (28.11.2017). <https://goo.gl/NALPsp>

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. Gender and climate change. (25.11.2017). <https://goo.gl/iEgFZE>

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. Local communities and indigenous peoples platform. (15.12.17). <https://goo.gl/Y11j1g>

A 23ª Conferência das Partes da UNFCCC

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. Local communities and indigenous peoples platform: proposals on operationalization based on the open multistakeholder dialogue and submissions. (20.11.2017). <https://goo.gl/rRc9c8>

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. Preparations for the implementation of the Paris Agreement and the first session of the Conference of the Parties serving as the meeting of the Parties to the Paris Agreement. (30.11.2017). <https://goo.gl/9Wi9ss>

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. Statement by H.E. Dr Edna Molewa, Minister of Environmental Affairs of South Africa to the high level segment of the Bonn Climate Conference (cop23/cmp12/cma1-2)16 November 2017. (20/11/2017). <https://goo.gl/3Ko1DB>

Radar Socioambiental

O Radar Socioambiental é uma publicação mensal com foco em notícias ambientais relacionadas aos cinco países do bloco BRICS. A cada mês um tema é escolhido e notícias sobre o assunto serão publicadas.

Website: <http://bricspolicycenter.org/homolog/projetos/Index/17>

E-mail: plataformasocioambiental@bricspolicycenter.org

Elaboração

Beatriz Mattos, Diogo Viana e Maureen Santos

Equipe Plataforma Socioambiental

Coordenação

Maureen Santos

Pesquisadora Assistente

Beatriz Mattos

Iniciação Científica

Diogo Viana

Realização



Parceria



Apoio



Rua Dona Mariana, 63 – Botafogo – Rio de Janeiro / RJ

Telefone: (21) 2535-0447 | CEP/ZIP CODE: 22280-020

www.bricspolicycenter.org | bpc@bricspolicycenter.org